DOI 10. 5216/ o.v18i2.50924

HISTÓRIA DA MAÇONARIA: MEMÓRIA COLETIVA, ESCRITA HISTÓRICA E LEGITIMAÇÃO DE UMA POTÊNCIA NO CEARÁ

*Marcos José Diniz Silva**

Resumo: O presente trabalho versa sobre a história da Maçonaria no Ceará, a partir das publicações da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará sobre sua história como história da Maçonaria. A análise centrou-se nas cinco narrativas de autores vinculados à Maçonaria local publicadas nos anos de 1973, 1977, 1987, 1998 e 2008. Discutiu-se, numa perspectiva historiográfica, o fato de que tais narrativas se inseriam naquilo que Maurice Halbwachs chama de memória coletiva, ou memória de grupo, na medida em que os trabalhos denotam um esvaziamento da reprodução da memória coletiva entre seus membros e sua transplantação para narrativas históricas, ou memória histórica da instituição, na qual dominam interpretações que produzem e reforçam a hegemonia dessa corrente maçônica em detrimento da outra vinculava ao Grande Oriente do Brasil.

Palavras-chave: Maçonaria; Memória coletiva; Escrita histórica.

* Professor do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC/ UECE. Graduado e Especialista em História. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Autor do livro: *No Compasso do Progresso: a Maçonaria e os trabalhadores cearenses.* Fortaleza: Expressão Gráfica/NUDOC-UFC, 2007 (Coleção Mundos do Trabalho). Trabalha com história das ideias, movimentos sociais, maçonaria e religião. E-mail: marcos.diniz@uece.br

HISTORY OF FREEMASONRY: COLLECTIVE MEMORY, HISTORICAL WRITING AND LEGITIMATION OF A POWER IN CEARÁ

Abstract: The present work deals with the history of Freemasonry in Ceará, from the publications of the Great Masonic Lodge of the State of Ceará on its history as a history of Freemasonry. The analysis focused on the five narratives by authors linked to local Freemasonry published in the years 1973, 1977, 1987, 1998 and 2008. It was discussed, in a historiographical perspective, the fact that such narratives were inserted in what Maurice Halbwachs calls collective memory, or group memory, as the works denote an emptying of the reproduction of the collective memory between its members and its transplantation for historical narratives, or historical memory of the institution, in which interpretations that produce and reinforce the hegemony of this Masonic chain dominate in detriment of the other bound to the Great East of Brazil.

Keywords: Freemasonry; Collective memory; Historical writing.

HISTORIA DE LA MASONERÍA: MEMORIA COLECTIVA, ESCRITA HISTÓRICA Y LEGITIMACIÓN DE UNA POTENCIA EN EL CEARÁ

Resumen: El presente trabajo discurre sobre la historia de la Masonería en Ceará, a partir de las publicaciones de la Gran Logia Masónica del Estado de Ceará sobre su historia como historia de la Masonería. El análisis se centró en las cinco narrativas de autores vinculados a la Masonería local, publicadas en los años 1973, 1977, 1987, 1998 y 2008. A partir de una perspectiva historiográfica se discutió el hecho de que tales narrativas se insertan en aquello que Maurice Halbwachs llama de memoria colectiva, o memoria de grupo, a medida que los trabajos revelan un vaciamiento de la reproducción de la memoria colectiva entre sus miembros y su trasplante a narraciones históricas, o memoria histórica de la institución, en la que dominan interpretaciones que producen y refuerzan la hegemonía de esa corriente masónica en detrimento de la otra vinculaba al Gran Oriente de Brasil.

Palabras clave: Masonería; Memoria colectiva; Escritura histórica.

Panorama da Maçonaria

A Maçonaria continua a ser um tema instigante. Assunto de *best sellers* editoriais, filmes com bilheteria milionária, matérias de capa em revistas de notícias, de cultura geral, de cultura histórica. Mas, apesar disso e da persistente literatura maçônica, a maioria dos brasileiros ainda desconhece o que seja a secular Maçonaria, assim como os meios acadêmicos.

Nesse sentido, convém iniciar com algumas definições, inclusive como forma de explicitar os elementos complexos que se apresentam a qualquer pesquisador desse tema. Segundo o historiador maçônico José Castellani, a definição mais aceita e mais divulgada da Maçonaria é: "Instituição educativa, filantrópica e filosófica que tem por objetivos os aperfeiçoamentos morais, sociais e intelectuais do Homem por meio do culto inflexível do Dever, da prática desinteressada da Beneficência e da investigação constante da verdade" (CASTELLANI, 2007, p. 11). Numa perspectiva acadêmica, pode-se acrescentar também:

> [...] associação fraternal, possuidora de uma organização em ritual e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros. (COLUSSI, 2003, p. 35).

O tema é farto em bibliografia contra e a favor e, nos últimos tempos, em referências na rede mundial de computadores (internet), que vão da excessiva admiração, apologia e hagiografia dos feitos da Ordem ao longo dos séculos, até às acusações, das mais racionais às mais grotescas, relacionando os maçons com os mais variados e criativos movimentos conspiratórios. Nesse embate sobressai o elemento religioso. A ideia de que a Maçonaria é uma religião tem despertado polêmicas desde o início do século XVIII, quando do surgimento da chamada Maçonaria moderna, dita especulativa. Coube à Igreja Católica desenvolver o principal papel condenatório à maçonaria mundial, a partir da bula *In Eminenti*, do Papa Clemente XII (1738).

Pode-se, sucintamente, afirmar que a Maçonaria moderna surgiu na Inglaterra, com a formação da Grande Loja de Londres (1717), primeira potência maçônica[1], reunindo membros de diversas lojas (ou corporações), dando daí em diante sua organização administrativa e formulação de ritos e normas, com a Constituição de Anderson (1723). Guardando muita similitude com as corporações de pedreiros medievais (praticantes da chamada Maçonaria operativa), daí a palavra maçom significar *pedreiro-livre*, a Maçonaria moderna se desenvolveu como uma fraternidade masculina fechada a iniciados, assegurando aos seus membros sociabilidade, proteção, segurança e espaço de livre-pensamento no contexto da era monárquica do Antigo Regime.

Em pouco tempo, as lojas se tornaram lugar de difusão do pensamento liberal, que forjavam em sintonia com o avanço da nova classe burguesa europeia, mas também cultivando uma perspectiva espiritualista de caráter esotérico, herdada das tradições herméticas da Antiguidade, de tal modo que, embora adotando elementos da cultura judaico-cristã, os

maçons não abriram mão do simbolismo esotérico na configuração de seus elementos morais e nas suas práticas ritualísticas. (NAUDON, 2000).

Assim, apesar de serem obrigatoriamente teístas, os maçons desenvolveram uma perspectiva racionalista da divindade que os aproximava também do deísmo ou religião natural. Isso é especialmente forte desde o século XVII e no século XVIII, quando dela participaram diversos nobres, sábios e filósofos. Essa configuração do elemento moral-religioso da Ordem, aliada ao seu caráter secreto, em virtude da proibição de reunião naqueles regimes, contribuiu para as perseguições e a elaboração dos mitos conspiratórios variados.

Entre o início do século XVIII e início do XIX, os maçons lideraram movimentos liberais, constitucionais, independentistas e republicanos (KOSELLECK, 1999; BARATA, 2006; AZEVEDO, 2010). Porém, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a Maçonaria viveu seu contexto mais negativo, pelas perseguições e preconceitos movidos pela Igreja Católica, por tradicionalistas, regimes autoritários e totalitários, todos contrários à liberdade de pensamento, ao pluralismo religioso e à democracia. Identificavam a Maçonaria como patrocinadora direta dos "males modernos", do socialismo, do materialismo, do comunismo e do anticlericalismo; muito embora os comunistas acusassem os maçons de conservadorismo, tradicionalismo etc. O maçom era estigmatizado como conspirador, anticristão e inimigo da pátria no Brasil, como em outros países de maioria católica, a exemplo de Portugal, Espanha e França.

A Maçonaria no Brasil atual não se constitui numa instituição de explícita atuação política e protagonista de intensos debates ideológicos e religiosos, como nos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Está mais assentada no desenvolvimento interno de seus interesses iniciáticos e no desenvolvimento de ações cidadãs, muito embora seus membros estejam nos parlamentos e poderes Executivos e Judiciários, com presença nada desprezível. No plano externo, os maçons têm presença forte em clubes de serviço, como Rotary e Lions, dentre outras organizações.

De sua importância histórica na sociedade brasileira, afirmam Morel e Souza (2008, p. 247):

> Como pioneira forma de associação política moderna na história do Brasil, pode-se afirmar que a maçonaria chega ao século XXI sendo, com a Igreja católica, a única instituição civil não estatal, ainda existente nos dias de hoje, que acompanhou todo o processo de formação e consolidação da nação brasileira.

A historiografia maçônica é fértil em documentar sua presença nos grandes acontecimentos políticos da nossa história-pátria, dos primórdios da Independência à implantação da República (COLUSSI, 2003, p. 70). Já a fase seguinte, da consolidação do regime republicano aos nossos dias, não foi contemplada de modo considerável, carecendo da mesma atenção político-historiográfica, ou da continuação da batalha da memória[2]. Nesse aspecto, a maçonaria do Ceará teve uma produção histórica exclusivamente na segunda metade do século XX e reportando-se, quase exclusivamente, aos feitos da Grande Loja do Ceará, fundada em 1928. (MELLO FILHO, 1973; CÉSAR, 1977; ARAGÃO, 1987; VASCONCELOS FILHO, 1998; MAGALHÃES, 2008).

A renovação historiográfica nos estudos maçônicos acadêmicos teve início nas décadas finais do século XX, desenvolvida por autores como Vieira (1980), Azevedo (1996-1997, 2010), Barata (1992, 1994, 1995, 1999, 2006), Colussi (2003), Morel (2001, 2005, 2008), Véscio (2001). No caso especifico do Ceará, autores como Neves (1998, 2002), Abreu (2009), Silva (2000, 2007, 2009a, 2009b) e Lima (2003) abriram possibilidades para se pensar a instituição maçônica em sua trajetória histórica, assim como em sua ação mais contemporânea sob abordagens sócio-antropológicas.

Maçonaria no Brasil

A Maçonaria chega ao Brasil nos finais do século XVIII, difundindo seu pensamento liberal e racionalista entre as elites coloniais, e firma-se nas primeiras décadas do século XIX, impulsionando os debates e movimentos pela independência do Brasil, em 1822. Após o surgimento da Loja Reunião (1801), vinculada à potência Grande Oriente da França, fundam-se diversas outras, até a fundação de nossa primeira potência, o Grande Oriente do Brasil (GOB), em 24 de junho de 1822, no Rio de Janeiro (MOREL; SOUZA, 2008). Ressalve-se que o mesmo acontece na chamada América espanhola, onde praticamente todos os líderes libertadores eram maçons. Todavia, convém reconhecer que a maçonaria era múltipla e encampava outras ordens de objetivos que não apenas os políticos. Para Morel (2001, p. 3) "as maçonarias" devem ser entendidas como "uma das formas de sociabilidade do período de independência e construção do Estado nacional."

Por todo o século XIX, os maçons tornaram-se sujeitos dos mais influentes na vida política e institucional do Império, congregando majoritariamente a elite política e assegurando o modelo liberal-conservador à ordem política do país. Mas também as divergências e cisões políticas entre os maçons eram muito frequentes. Já na Independência, divergiram as correntes comandadas por José Bonifácio e por Gonçalves Ledo. D. Pedro I, após divergência política com José Bonifácio, extingue o Grande Oriente, vindo este a ser refundado em 1831, após a abdicação do imperador.

O próprio GOB passa por diversas cisões em função das orientações políticas de seus membros na dinâmica partidária imperial, com o primeiro grande cisma em 1863 (o GOB dividiu-se em Grande Oriente do Lavradio – GOL e Grande Oriente dos Beneditinos – GOBen), seguindo-se um intervalo de unificação em 1872, com indisposições e hostilidades em função dos debates sobre o abolicionismo e o republicanismo, até a reunificação do GOB em 1883. Os maçons, então, atravessam os grandes acontecimentos da crise do Império, com as novas divergências organizativas em 1889. Influenciados pelas ideias federalistas, grupos criticam a centralização do GOB e fazem surgir alguns grandes orientes estaduais (COLUSSI, 2002).

Observe-se que nesse contexto não havia uma imagem negativa da Ordem, ou de seus membros, de tal modo que até os padres, estando a Igreja católica sob o jugo da instituição do padroado, participavam ativamente da maçonaria, inclusive fundando lojas, como se verá adiante no Ceará. A mudança ocorreria após o incremento da política de romanização do

Vaticano, com a intervenção dos Papas Pio IX e Leão XIII, configurando-se como a maior perseguição católica à maçonaria entre os anos de 1846 e 1903. Nesse período ocorreu, no Brasil, a chamada Questão Religiosa (1872-1873), em que se opuseram a maçonaria e o Império, de um lado, e os bispos leais ao Vaticano do outro (VIEIRA, 1980). A Igreja condenava a maçonaria por ser parte dos ditos modernismos, com seu liberalismo e pensamento laico, juntamente com o protestantismo, o socialismo, o positivismo, o espiritismo, o evolucionismo, correntes de pensamento com as quais os maçons se afinavam (SILVA, 2016).

As primeiras décadas do século XX trariam um substancial incremento dos ataques da hierarquia católica à maçonaria, ao mesmo tempo que declinava a presença maçônica na vida política nacional. A separação entre Igreja/Estado, implantada pela República – proclamada por maioria esmagadora de maçons, mas impulsionada pelo positivismo –, acabou obrigando a Igreja a se reorganizar e fortalecer-se institucionalmente, através da política de romanização, com o aperfeiçoamento da formação e disciplina clericais, aproximação tática à política oligárquica republicana e na formação educacional – educação secundária – dos filhos das novas elites (MICELI, 1988). Já os maçons, apesar de alguns esforços de atuação mais contundente na vida social do país, como por exemplo junto ao operariado, com associações beneficentes, fundando escolas primárias e instituições filantrópicas (SILVA, 2007, 2014, 2016), foram perdendo espaço social e político para uma atuação mais orgânica da Igreja Católica, e para os movimentos sociais e políticos de ideologias diversas que aparecem nas primeiras décadas do século XX.

O final dos anos 1920 trouxera a segunda maior cisão do mundo maçônico brasileiro. As origens político-administrativas mais imediatas da grande cisão, conforme Silva (2016, p. 113):

> remontavam ao Congresso Maçônico de 1922, em Lausane, Suíça, onde se considerou as irregularidades administrativas do Grande Oriente do Brasil (G.O.B.). O ponto central da divergência era o centralismo vigente, onde o Grão-Mestre do G.O.B. acumulava o título de soberano comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito. Os partidários da ideia de Reforma no Brasil, liderados por Mário Behring, exigiram mudanças que não foram admitidas pelo G.O.B.

Assim, após anos de acirrados embates, que extrapolavam para a imprensa de todo o País, a partir de 1927 os dissidentes do GOB fundariam as chamadas Grandes Lojas nos estados. Com isso, os maçons cearenses e suas lojas passariam a ser congregados em duas potências, a Grande Loja do Ceará e o GOB, mantendo o modelo centralizado até 1937, quando se funda o Grande Oriente Estadual do Ceará, vinculado ao GOB.

Nesse quadro sintético não se deve esquecer que as produções da memória oficial da Maçonaria brasileira, que se cristaliza em publicações intituladas de história, são também versões em disputa dos grupos, lojas e potências entre si pelo capital político advindo das ditas glórias da maçonaria na história do Brasil. Até o momento da grande cisão, tudo que se escrevia sobre a história da Maçonaria no Brasil estava oficialmente relacionado à história do Grande Oriente do Brasil. Após 1927, desencadeia-se um processo de autonomização e reconstrução das identidades maçônicas, em que as grandes lojas passarão a produzir narrativas da Maçonaria brasileira tomando sua trajetória como legítimo renascimento

maçônico no Brasil, ignorando, a partir de então, a existência da outra potência. Para o caso do Ceará, como se verá, as narrativas históricas serão dominantemente da Grande Loja.

Maçonaria no Ceará

A Capitania do Ceará esteve subordinada à Capitania de Pernambuco até 1799. Essa ligação não representava apenas a dependência administrativa e econômica, mas também uma forte influência no campo político e das ideias. Assim, no terreno das influências maçônicas relatam-se diversos casos, para a primeira metade do século XIX, em que as ideias e práticas maçônicas foram vistas no Ceará até a criação das suas primeiras lojas.

Segundo Aragão (1987), o primeiro a difundir ideias maçônicas no Ceará teria sido o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, de ideias republicanas, a partir de 1815, já tendo estado em terras cearenses desde 1812, em caráter intermitente. Reunia-se com diversos, sendo os mais proeminentes Manuel Caetano de Gouveia, João da Silva Feijó (o "Naturalista Feijó"), padre Antônio Moreira e Luiz Inácio de Azevedo (Azevedo Bolão). Os contatos no interior, facilitados por suas viagens de trabalho, ficavam com o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo Mororó (Quixeramobim), Francisco Miguel Ibiapina (Crato), padre Manoel Pacheco Pimentel (Ipu), e nomes da família Alencar no Cariri.

Ainda Aragão (1987) refere o caso relatado por João Brígido dos Santos[3], sobre uma possível loja maçônica no Ceará entre os anos de 1830/40. Não se tendo registros outros sobre data e localização, resta a informação sobre seus membros: venerável (equivalente a presidente da Lojas simbólicas), o padre Antônio de Castro e Silva; e vigilantes (dois primeiros oficiais da Loja), os padres Carlos Augusto Peixoto de Alencar e Manuel Severino Duarte. Ainda sobre o período, diz Paulino Nogueira que o presidente da província, padre José Martiniano de Alencar (1834-1837), "chegando ao Ceará, tratou de criar uma Loja – União e Beneficência, filial do *Grande Oriente*, à qual associou todos os padres e o pessoal mais seleto da capital, e funcionava sem mistérios e sem reservas" (NOGUEIRA, 1899, p. 201, grifo do autor).

Após essa primeira fundação de uma loja, os maçons iriam se reorganizar, de fato, na província, somente na segunda metade do século XIX e com duas iniciativas. O destaque inicial é para a Loja Fraternidade Cearense (1859), com matrícula inicial de mais de trezentos nomes. Sintomático é que esse também é o ano de criação da Diocese do Ceará, estabelecendo-se o primeiro bispo, D. Luiz Antônio dos Santos, em 1860. Essa loja maçônica terá vida longa sendo, na década de 1870, um dos principais centros de mobilização da Maçonaria local nos embates com a Igreja Católica, em processo de romanização, e no episódio da Questão Religiosa. A outra loja daquele período, a Igualdade, seria fundada apenas em 1882, no contexto favorecido pelos acontecimentos relativos à campanha republicana e abolicionista da qual os maçons foram grandes entusiastas.

Ainda sob a jurisdição do Grande Oriente do Brasil, já no século XX, seriam fundadas as lojas Liberdade IV (1901), Porangaba (1905), Amor e Caridade III (com registro de atividade no ano de 1905) e Deus e Camocim (1920). No interior do estado registra-se, também, a fundação

das lojas Deus e Baturité (1905), na referida cidade, a Deus, Pátria e Liberdade (1905), em Senador Pompeu e a Ordem e Justiça (1918), em Quixadá.

O final da década de 1920 traria a citada grande cisão da Maçonaria brasileira, que levaria à formação das grandes lojas estaduais. No Ceará, as disputas foram acirradas e tornadas públicas:

> Na imprensa cearense, nos anos de 1927 e 1928, a controvérsia tornou-se frequente, com muitos ataques, apelos e debates em torno de questões maçônicas que não eram do entendimento público. As colunas dos jornais, com posições opostas, nessa polêmica, denunciavam um diálogo maçom-maçom, desde que a população não era esclarecida sobre o fato. De um lado, jornais como O *Ceará* e O *Povo*, defendiam o G.O.B. e seu representante máximo, Octavio Kelly, acusando os oposicionistas de aventureiros, maus maçons e desinformados. Do outro lado, os adeptos da reforma, autodenominados progressistas, apoiados pelo jornal *Gazeta de Notícias*, acusavam o G.O.B. de incompetência administrativa, centralismo, mau uso dos recursos e contribuições, corrupção e conservadorismo. (SILVA, 2016, p. 114-115).

Como resultado do enfrentamento, uniram-se os dissidentes das lojas Porangaba e Deus e Camocim, acrescentado uma nova, a Loja Fortaleza, fundada para esse mister, em fevereiro de 1928, com elementos de diversas outras lojas e outros orientes, consolidando-se a criação da Grande Loja do Estado do Ceará, um mês depois.

No aspecto político-ideológico, pode-se afirmar que a orientação das grandes lojas se afinaria mais com o modelo liberal-democrático norte-americano e com um pretenso apoliticismo e valorização do viés filantrópico-religioso da maçonaria anglo-saxônica, em oposição a uma tendência histórica vigente no GOB, desde suas origens, de uma influência maior da maçonaria francesa de politização explícita, laicismo e anticlericalismo.

Pode-se afirmar que a história da maçonaria no Ceará, após a cisão de 1928, ingressa num período de expansão quantitativa nunca visto antes, mesmo quando se instala no Brasil a ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que determina a proibição do funcionamento das associações. É um período de extraordinária expansão da maçonaria em Fortaleza e no interior do estado, vinculada à Grande Loja, e maior inserção dos seus membros nas lides políticas e na imprensa.

Compreende, também, uma fase de grandes embates da Maçonaria brasileira em duas frentes, com suas repercussões no Ceará. De um lado, o crescimento da influência ideológica e programática católica nos meios políticos oligárquicos junto às diversas classes organizadas (trabalhadores, militares, profissionais liberais, intelectuais) e, especialmente, junto ao governo Vargas, a partir de 1930. De outro lado, deparavam os maçons, adeptos da liberal-democracia, com o avanço do fascismo e do nazismo na Europa, com o movimento integralista no Brasil – AIB (1932) e, mais adiante, com o avanço do comunismo, com a presença da Aliança Nacional Libertadora (1935). No primeiro flanco, destacava-se a defesa do Estado laico, no segundo, procuravam firmar sua defesa do Estado liberal-democrático, contra os chamados extremismos (integralismo e comunismo) (SILVA, 2015).

Durante o Estado Novo (1937-1945), caracteriza-se o descenso na visibilidade pública da Maçonaria, sua estabilização, negociação e acomodação ao modelo político vigente e

valorização das atividades ritualísticas e filantrópicas. Essa fase começa com a proibição de funcionamento da Maçonaria brasileira, pelo ditador Getúlio Vargas, com base no artigo 168 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937), que atingiria também os centros espíritas e outras entidades.

Essas considerações históricas serão de grande relevância para o entendimento das análises da produção memorialística maçônica desenvolvida a partir da segunda metade século XX, em sua quase totalidade capitaneada por maçons da Grande Loja do Ceará.

As narrativas dos maçons: de memória de grupo a uma (à) história da Ordem

A produção de obras sobre a história da maçonaria no Ceará remonta ao final da década de 1970 e tem como característica a publicação de documentos oficiais da Ordem e da Grande Loja, sua fundação, membros de lojas e trajetória dos gestores (MELLO FILHO, 1973; CÉSAR, 1977), memórias e crônicas organizadas com a denominação de história (MAGALHÃES, 2008), e apenas um trabalho com estrutura narrativa, pesquisa e análise do desenvolvimento da Maçonaria no mundo, no Brasil e no Ceará (ARAGÃO, 1987).

Importa destacar que quatro dos cinco trabalhos aqui referidos estão circunscritos à trajetória da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará, fundada em 1928. Exceção é o trabalho de Aragão (1987), de caráter mais crítico e que valoriza também a história dos maçons do Grande Oriente Estadual do Ceará, fundado em 1937, embora a apresentação de sua obra seja feita pelo do grão-mestre da Grande Loja.

Essas observações já denotam que houve, ao longo das últimas quatro décadas, a consolidação de uma memória da Maçonaria no Ceará a partir da narrativa oficial dos membros da Grande Loja do Ceará, inclusive com publicações com o selo da instituição, de modo a omitir o passado de outros *pedreiros-livres* e seus agrupamentos em terras cearenses.

As precursoras incursões dos maçons ainda no Ceará no final do período colonial, as primeiras lojas e a atuação pública destacada dos maçons cearenses no Império e nas primeiras décadas da República não constam nos relatos produzidos pelos maçons da Grande Loja, com alguma exceção no caso de Aragão (1987). Mas é patente o cuidado dos autores em não mencionarem a existência e o papel do Grande Oriente do Brasil como potência original e legitimadora da Maçonaria no Brasil e, menos ainda, sua rememoração ou glorificação nos grandes eventos da História do país, como acontece nas principais publicações da história maçônica de abrangência nacional (CASSTELLANI, 2007). Nas referidas exceções, o GOB é citado apenas quando dos embates internos que resultaram na grande cisão de 1927, e como o responsável pela referida crise.

Assim, o conjunto de produções narrativas maçônicas aqui apresentadas constituem o que Halbwachs (1990) denomina "memória coletiva", sempre grupal, espacial e socialmente referenciada que, ao esgotarem-se os membros referenciais fundadores, encaminha-se para a formulação de uma "memória-histórica", ou seja, uma reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetados no passado reinventado. Neste caso em análise,

considerando-se que as obras existentes se vinculam diretamente à Maçonaria agremiada à Grande Loja do Ceará, e que as publicações se iniciam quando a entidade completava quarenta e cinco anos de existência, nota-se uma preocupação em recuperar os feitos do grupo ao longo tempo, pois

> Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Embora a "memória histórica" de Halbwachs (1990) represente uma produção histórica (a história ensinada) restrita à memória da nação, Ricoeur (2014), tratando da referida obra, salienta que Halbwachs não pretendia com a memória histórica chegar à denegação da memória coletiva, mas à integração mútua. Assim, haveria uma complementaridade entre memória coletiva e memória histórica nos seguintes termos:

> De um lado, a história escolar, feita de datas e de fatos pormenorizados, anima-se com correntes de pensamento e com a experiência, e torna-se aquilo que o próprio sociólogo tinha considerado anteriormente como 'os quadros sociais da memória'. De outro, a memória, tanto pessoal como coletiva, enriquece-se como passado histórico, que se torna progressivamente o nosso (RICOEUR, 2014, p. 406).

Uma caraterização das citadas obras maçônicas pode ser esclarecedora sobre essas construções memorialísticas, permitindo perceberem-se esses empreendimentos narrativos, que vão da memória da entidade a partir de um dos grupos locais – leia-se Grande Loja do Ceará – à memória da maçonaria no Brasil, como parte da memória histórica da nação.

Observa-se no inaugural trabalho de Mello Filho, *Maçonaria no Ceará: lojas e obreiros* (1973), o compromisso claro com a trajetória da Grande Loja. Na apresentação, o autor já inicia reportando-se ao nascimento da potência local, cuja história filia-se

> ao movimento que, sob o comando de MARIO BEHRING, em 1927, no Rio de Janeiro, culminou por desvincular do GRANDE ORIENTE o SUPREMO CONSELHO DO GRAU 33 DO RIT:. ESCOS:. ANT:. E AC:. para os ESTADOS UNIDOS DO BRASIL e levar ao nascimento das GRANDES LOJAS nacionais, como corpos soberanos *simbolicamente* puros. (MELLO FILHO, 1973, p. 5, grifo do autor).

E prossegue com a reprodução da íntegra da ata de fundação da entidade. Nas páginas seguintes, acrescenta dois pequenos textos de congratulações dos "irmãos" Edgar Antunes de Alencar e Moysés Santiago Pimentel, que reportam às leituras dos originais dessa obra, ainda em 1971. Diz Edgar Antunes de Alencar: "Devolvo-lhe o original do trabalho que está executando para o *registro histórico* da Seren:. Gr:. Loj:. do Ceará, a fim de que ela não se torne no futuro, uma nuvem que passou" (apud MELLO FILHO, 1973, p. 11, grifo nosso). Já Moysés

Pimentel, além de ressaltar que a obra "preenche uma lacuna sentida de há muito...", ressalta que se trata de uma "*História da maçonaria em si* e não sobre a atuação da maçonaria em acontecimentos profanos" (apud MELLO FILHO, 1973, p. 12, grifo do autor).

Vê-se nas palavras de Mello Filho (1973) a preocupação em exaltar o caráter purificador que a cisão provocou, originando um "simbolismo puro", que pode ser visto como sinal de autonomia das lojas simbólicas (três primeiros graus), mas também como um julgamento moral das práticas do GOB. Já seus pares citados realçam, respectivamente, o caráter de salvação da memória da Ordem e o valor da obra que trata da "maçonaria em si", uma memória interna e não externa-profana, haja vista que o restante do livro será uma coletânea de atas, documentos da participação da Grande Loja nos encontros nacionais da Ordem e relação de obreiros. O reforço de autoridade na fala de dois baluartes da instituição também já apresenta o tom inaugural da narrativa histórica.

Sugestiva para o entendimento dos mecanismos de recomposição social da memória é a expressão de Pimentel (apud MELLO FILHO, 1973, p. 12) de que a obra "preenche uma lacuna sentida de há muito", denotando o processo estudado por Halbwachs (1990), de arrefecimento da memória de grupo, quando passados quase cinquenta anos da fundação da Grande Loja, e a necessidade da história, do registro escrito, cronológico, documentado para que, como disse Edgar de Alencar (apud MELLO FILHO, 1973, p. 11), "ela não se torne no futuro, uma nuvem que passou". Acrescente-se que além dos argumentos expostos, nota-se a total omissão do agrupamento maçônico adversário, mesmo que o livro estampe o título *Maçonaria no Ceará: lojas e obreiros* (MELLO FILHO, 1973).

Quatro anos depois, a Grande Loja patrocinaria a publicação de uma obra de caráter comemorativo dos cinquenta anos de fundação das grandes lojas no Brasil. Esta decisão do seu grão-mestre, conforme Ato Nº02/77, de 19 de março de 1977, é resultado de uma decisão da Assembleia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil (entidade máxima que rege as grandes lojas estaduais), em Mato Grosso, 1975. No ato citado, designa-se o "Ilustre Ir:. João Ramos de Vasconcelos César, GM para escrever a história da *Mui Respeitável Grande Loja do Ceará...*" (CÉSAR, 1977, p. 2, grifo do autor). Para isso, fixa-se um prazo de sessenta dias para a entrega dos originais ao grão-mestrado. E assim se fez.

O livro *Grande Loja do Ceará. De Mário Behring a* 1977, de João César (1977) foi publicado em 1977. Consta de um relato detalhado de todos os corpos dirigentes da Grande Loja do Ceará, de 1928 a 1977. O texto é composto de estrutura cronológica e burocrática, mesclando documentos oficiais – atos dos dirigentes –, e relatos de memória sobre acontecimentos marcantes para a Ordem e considerados dignos de publicação para uma memória literalmente oficial da entidade.

Merece menção a demonstração dos maçons agremiados nas grandes lojas de cultuarem a memória de suas origens, demarcando sua liberdade e autonomia advindas da grande cisão de 1928. Ao contrário dos outros maçons locais ligados ao GOB, eles têm sido ostensivos no trabalho de transformação da memória do grupo em memória da Ordem.

No histórico do processo de cisão em que se funda a Grande Loja do Ceará, César (1977) lembra que, ao contrário das coirmãs do Amazonas, Pará, Paraíba e Bahia, que herdaram todo o patrimônio do GOB local e os seus membros,

> a nossa GRANDE LOJA erguia-se apenas do idealismo de seus fundadores, alguns vultos destacados no meio sócio-político cearense, é certo, que *tinham a enfrentar, porém, figuras não menos distinguidas, do outro lado*. O trabalho de construção de uma sede partiu, assim, do nada... (CÉSAR, 1977, p. 14, grifo nosso).

Embora sempre mantendo o tom fraterno no trato dos irmãos "do outro lado", e o aspecto destacado na citação o revela, o autor refere-se genericamente aos distintos adversários daquela época, mas também revela a radicalidade do processo de cisão no Ceará. Registre-se também que, contrariamente, Aragão (1987, p. 164) afirma que, na cisão, a Grande Loja esvaziara o Grande Oriente local, "despovoara as suas fileiras". A forma retórica do reconhecimento das "figuras não menos distinguidas" também serve para valorizar a luta empreendida, tonificando mais as memórias já empalidecidas do seu grupo, como ensina Maurice Halbwachs (1990).

Ainda nas páginas introdutórias, o autor destaca a atuação dos primeiros maçons no Ceará, retomando as anotações de João Brígido e os precursores do espírito da maçonaria que "bruxuleou em 1816" no Ceará, com elementos vindos de Recife; uma Loja fundada pelo Padre Antônio da Silva Castro e outros clérigos, nos idos de 1830 e 1840; a atuação das lojas Fraternidade Cearense e Igualdade, entre as décadas de 1850 e 1880 nas campanhas, rememoradas por J. Brígido, pela emancipação de escravas e por donativos na seca de 1878, com ajuda dos maçons de diversas províncias do Sul. Mas, em tudo isso, afirma Cesar (1977, p. 18-20, grifo nosso):

> os artigos de João Brígido sobre maçons e Lojas, *nenhuma referência fazem a poder central ou a qualquer órgão nacional da Maçonaria*. Os registros mencionam nomes de maçons, lojas do Ceará, da Bahia e de Pernambuco e a ligação destas com a Maçonaria Inglesa, ou melhor com a Loja de Londres. O mesmo não ocorre com as crônicas sobre a Maçonaria no Rio de Janeiro e no Estado do Rio, durante o século passado, onde as referências aos diversos Grandes Orientes são constantes. Ao Ceará, portanto, muitos anos depois da Abolição e da Proclamação da República, não havia chegado o Poder Central. Só depois de 1920 foi instalada uma Delegacia do GOB.

Vê-se o uso do argumento histórico a fortalecer e legitimar ainda mais o processo de cisão com o GOB – quarenta e nove anos depois –, por sua omissão ou indiferença com os pedreiros-livres do "Norte", muito embora aqui houvesse, naquele contexto, adeptos daquele "Poder Central", os do "outro lado", "figuras não menos distinguidas". Nesse caso, a especificidade cearense serve de indicativo das disputas, exclusões, omissões envolvendo grupos regionais e a potência nacional (GOB), e elemento de questionamento à história oficial da instituição, muito centrada nos acontecimentos da corte e grande temas do debate nacional (CASTELLANI, CARVALHO, 2009).

Outra obra maçônica de caráter histórico, desta feita da autoria de Raimundo Batista Aragão, *Maçonaria no Ceará. Raízes e Evolução* (1987), é publicada pela Imprensa Oficial do Ceará, IOCE. Ela tem prefácio do grão-mestre da Grande Loja do Ceará, José Linhares de Vasconcelos Filho, o que não parece ser mera cortesia, demonstração de amizade, mas indicativo do poder estabelecido e da pretensão de manutenção da linha hegemônica de construção de uma memória histórica da Maçonaria cearense a partir dos membros daquela

entidade. E argumenta o prefaciador: "A memória é que nos faz transcender ao nosso tempo. Somos um ponto entre duas retas; uma o passado, outra o futuro. É a memória que nos dá a verdadeira dimensão do todo" (apud ARAGÃO, 1987, p. 5).

Contudo, o trabalho de Aragão (1987) não se ajusta plenamente ao jogo memorialístico até o momento considerado nas obras patrocinadas diretamente pela Grande Loja. O objetivo é um relato da Maçonaria histórica em sua amplitude máxima, até o detalhamento dela no Ceará. O livro trata de apresentar um amplo histórico da Maçonaria desde suas origens na Europa, depois nos Estados Unidos, América Latina, Brasil e Ceará, quando trata da fase preliminar, depois da Grande Loja e, finalmente, do Grande Oriente do Ceará. Embora reconheça a "cizânia" entre os dois lados após a cisão e trate da fundação do Grande Oriente Estadual do Ceará (1937), das tentativas frustradas de reunificação e da criação do Grande Oriente Independente do Ceará (1973) – outra cisão no GOB –, nota-se a preocupação do autor em colocar-se numa postura crítica e mais equidistante em relação aos embates dos dois segmentos oponentes da Maçonaria cearense, admitindo os cismas como fenômenos que expressam a "volúpia da ambição" e "individualidade do poder" (ARAGÃO, 1987, p. 179).

Sobre a cisão do GOB que originou as grande lojas, consolidada como evento fundador por todos os maçons integrantes dessas novas potências, numa recorrência quase mítica, Aragão (1987) apresenta uma avaliação bastante equilibrada da atuação dos dois grupos em disputa, como se pode ver, conclusivamente, abaixo:

> A cizânia não teria produzido efeitos tão desagradáveis e de modo particular no seio da Maçonaria cearense, se não houvesse por parte dos que ainda militavam no Grande Oriente pesados ressentimentos. A fundação da Grande Loja despovoara as suas fileiras. Além do desligamento das Lojas Porangaba e Deus e Camocim, tomara o mesmo caminho a Nova Cruzada do Norte (1933), causando prejuízos ainda maiores. Outro fator que não deve ser esquecido reside no processo de aquisição segundo o qual a Grande Loja preenchera os seus quadros, formando um contingente dificilmente capaz de homogeneizar-se e sempre predisposto ao desagregamento. (...) *Disso resultariam as insatisfações, as hostilidades pessoais, os desagravos formando-se um clima nada condizente com os gerais princípios de fraternidade maçônica.* Se falamos do Grande Oriente, extraindo de suas veias o plasma da desunião, pecado maior não cometeríamos se enfiássemos a seringa nos músculos da Grande Loja. Os preceitos do cisma eram manifestos. Numa de suas cláusulas proibitivas, ou condição 'Sine Qua Non' para o ingresso em suas fileiras, constava o não relacionamento com a outra Potência. (ARAGÃO,1987, p. 164-165, grifo nosso).

Ao se completarem setenta anos de fundação da Grande Loja do Ceará, José Linhares de Vasconcelos Filho publica *Grande Loja do Ceará: Vinte Anos de História* (1998). A título de apresentação, o autor explica "Por que deste livro?":

> Quando assisti ao lançamento do livro de autoria do Past Grão Mestre João ramos de Vasconcelos César, intitulado "Grande Loja do Ceará. De Mário Behring a 1977", onde relata a vida de nossa Jurisdição nos seus primeiros cinquenta anos, senti a grande importância de um trabalho quando registra para os pósteros nossas raízes históricas. A vontade dos irmãos da Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará e a graça do G. A. D. U. quiseram me colocar como testemunha viva da história dessa Jurisdição nos 20 anos subsequentes, possibilitando-me continuar com o registro dessas duas últimas décadas, no ano em que se

> completa o seu septuagésimo aniversário de fundação. Movido ainda pela responsabilidade da ensinança às gerações futuras e o compromisso com a maior busca do Iniciado – a verdade – ficou solidificado meu desejo de escrever este livro. (VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 9).

Nessas palavras que encerram o compromisso com a sua "jurisdição", o autor demonstra que já estava num estágio mais avançado no trabalho de recomposição da memória grupal na medida em que, diferentemente dos primeiros autores que ansiavam por cobrir as lacunas da memória ou não deixarem se perder na poeira do tempo os dados das suas origens, Vasconcelos Filho (1998) já demonstra a necessidade de relatar como "testemunha viva da história". Ou seja, embora imerso no jogo seletivo da memória mesclando reminiscências e documentos institucionais, o autor trabalha num território que já qualifica de história, com a "responsabilidade da ensinança às gerações futuras" (VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 9).

Outro aspecto relevante da obra é que ela tem como prefaciador – e criador da capa – o grão-mestre José Augusto Bezerra, que foi liderança destacada no processo que conduziu à "união fraterna", por um curto período, entre o Grande Oriente Confederado do Ceará e a grande Loja do Ceará. Em sua opinião "O Irm:. Linhares com paciência, inteligência, credibilidade e brilho (...) conseguiu registrar todo o esplendor e toda policromia desses anos dourados da Grande Loja", acrescendo como "É curioso olharmos ao longe fatos dos quais tomamos parte, como 'unificação'" (apud VASCONCELOS FILHO, 1998, p. 5).

Do exposto fica a percepção da continuação do trabalho de hegemonia institucional da Grande Loja. Sua competência escriturística no embate com o grupo concorrente de "irmãos" é inegável. Os maçons do GOB local, em suas várias denominações e fracionamentos ao longo dos anos, não conseguiram esboçar reação nesse terreno da escrita da memória, ainda sendo vítimas de adesistas ao domínio da Grande Loja, que assim justificavam com o intuito de irmanamento fraterno. Mas o exemplo do curto período da citada "unificação" entre as potências serve para dar o tom das acirradas disputas ao longo "desses anos dourados da Grande Loja".

Ao longo da obra, Vasconcelos Filho (1998) apresenta, em seus oito capítulos, a cronologia das gestões de todos os grão-mestres da Grande Loja, lista de obreiros e lojas, eventos maçônicos, repercussões da cena pública na instituição e relatos circunstanciados de muitos acontecimentos internos, inclusive dos processos eleitorais pelo comando da instituição com suas disputas e desavenças.

A última obra maçônica sobre a história da Ordem no Ceará também terá o viés comemorativo, desta feita sobre os oitenta anos da Grande Loja, completados em 2008. Trata-se do livro *História da Maçonaria no Ceará*, de Zelito Magalhães (2008). A publicação é da Grande Loja do Ceará e é construída a partir de um conjunto de vinte três capítulos em que o autor lista acontecimentos que envolvem a Maçonaria das primeiras décadas do século XIX até o final do século XX, além de uma coleção de efemérides, imagens, nomes de maçons em ruas de Fortaleza, documentos, crônicas, curiosidades, informes da imprensa maçônica, *facsímiles* de jornais, atuação maçônica na educação, fundações beneficentes, academia de letras maçônicas, anedotário maçônico, poesia maçônica. Por tudo isso, a obra se caracteriza por

ser um útil almanaque dos feitos maçônicos na vida pública do Ceará e de seletos registros bibliográficos de fatos marcantes da política maçônica interna.

Diferentemente dos trabalhos anteriores de Mello Filho (1973) e César (1977), e mais próximo de Aragão (1987), o livro de Magalhães (2008) não se esforça na recomposição da memória exclusiva da Grande Loja – embora citada ostensivamente – e da grande cisão de 1928, pois empreende trabalho de reafirmação da identidade maçônica vinculada a uma cronologia dos grandes acontecimentos públicos em que se dá a presença maçônica, como nos primórdios da Maçonaria no Ceará, com a família Alencar e a Revolução de 1817, na grande seca de 1877 a 1880, no movimento abolicionista, na criação da entidade beneficente Asilo de Mendicidade em 1905, na "histórica" fundação da Grande Loja, e no fechamento das lojas maçônicas na ditadura do Estado Novo.

Contudo, no que tange às relações entre Grande Loja e Grande Oriente Estadual, e às tentativas frustradas de reunificação da Maçonaria local, o autor realça a intransigência do Grande Oriente Estadual que fizera a "levar tudo por terra" (MAGALHAES, 2008, p. 90), para isso citando Aragão (1987), mas não ressaltando o ponto de vista crítico deste sobre as "hostilidades" dos dois grupos nesses acontecimentos, como demonstrado acima. Noutro momento, o autor dedica capítulo a exaltar o processo de cisão no Grande Oriente do Ceará em 1973, sob a liderança do grão-mestre Osmar Maia Diógenes, favorável à unificação com a Grande Loja, e adiante trata da citada breve unificação do Grande Oriente Confederado com a Grande Loja, sob a liderança de grão-mestre José Augusto Bezerra. (MAGALHÃES, 2008, p. 119-124).

Desse modo, o livro de Magalhães (2008), fruto das comemorações dos oitenta anos da Grande Loja, presta-se, agora, como repositório da memória histórica maçônica, alinhando acontecimentos numa perspectiva cronológica, embora com suas variadas rupturas temporais, no ensejo de alimentar a tradição e incorporá-la à história da nação. Por fim, sua capa, tendo um fundo azul em que aparece, em suave marca d'água, o mapa do Ceará com os símbolos maçônicos do esquadro, compasso e do Grande Arquiteto do Universo ao centro, traz três imagens sugestivas do lugar da obra na transposição dessa memória à história: a ampulheta, escravos rompendo correntes e o emblema dos oitenta anos da Grande Loja.

Considerações finais

O exercício analítico aqui empreendido sobre os escritos maçônicos cearenses voltados à sua história, enfocou o aspecto da memória de grupo, na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), presente nessas publicações na medida em que representam um esforço explícito de recomposição do passado do grupo a partir do momento em que a geração mais antiga não mais conseguia fazê-lo pelas vias da pura recordação, cabendo o exercício da escrita histórica, a narrativa cronológica, como forma de preservação dos feitos passados. Para isso recorreram a nomes de prestígio da Ordem, filiados à potência Grande Loja do Ceará, para desenvolverem trabalhos de cunho histórico, assentados em sua documentação própria

escrita e dados de memória, e afirmando-se como comprometidos com a verdade histórica na tarefa de historiadores da Ordem.

É patente a preocupação com a memória do grupo-instituição como elemento fundante da história que pretendem eternizar, quando se nota em quatro das cinco obras analisadas o tom comemorativo, iniciando-se quando já passavam dos quarenta anos de fundação da Grande Loja, com o livro de Mello Filho (1973). Na obra oficial, de César (1977), nos cinquenta anos da entidade. No outro livro oficial, de Vasconcelos Filho (1998), aos setenta anos da entidade. Ou no livro de Magalhães (2008), nos oitenta anos daquela potência maçônica.

Assim, o trabalho de memória da Maçonaria local para a preservação de sua história parte de uma configuração específica de grupo, os filiados à potência Grande Loja Estadual do Ceará, tendente a representar hegemonicamente a história da Ordem no Ceará, em detrimento do grupo oposto, agremiado na potência Grande Oriente Estadual do Ceará e demais dissidências, de tal modo legitimando-se como a história da Maçonaria na história do Ceará.

Notas

1 "POTÊNCIA. Maçonicamente, é todo Grande Oriente, Capítulo independente ou Grande Conselho reconhecido como autoridade. No Brasil as potências regulares são as grandes lojas estaduais para os graus simbólicos, e o Soberano Supremo Conselho para os Altos Graus." (FIGUEIREDO, 1998, p. 357).

2 Uma das exceções é o trabalho de Castellani (2007) que, embora realizando um apanhado da presença maçônica na política mundial, remontando ao século XVII, passando pela independência dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, dedica a maior parte da obra à atuação maçônica na história política brasileira tratando do século XIX, e trazendo algumas informações e considerações sobre a atuação política da Maçonaria no século XX – exclusivamente da perspectiva do Grande Oriente do Brasil –, até a década de 1990.

3 João Brígido dos Santos (São João da Barra-ES, 3 de dezembro de 1829 – Fortaleza-CE, 14 de outubro de 1921). Político, cronista, jornalista e historiador brasileiro. Radicado no Ceará desde a infância, atuou também no magistério e foi maçom dos mais ativos.

Referências

NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Intrépidos romeiros do progresso:** maçons cearenses no Império. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

_____. "Intrépidos romeiros do progresso": maçons cearenses no Império. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico de Castro. **Intelectuais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 97-126. (Coleção Fortaleza: história e cotidiano).

_____. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **Maçonaria no Ceará**: raízes e revolução. Fortaleza: IOCE, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: História e historiografia. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 32, p. 178-189, 1996-97.

_____. **Maçonaria, antirracismo e cidadania.** Uma história de lutas e debates transnacionais. São Paulo: Annablume, 2010.

BARATA, Alexandre M. **Luzes e sombras:** a ação dos pedreiros-livres brasileiros 1870-1910. 1992. 220 p. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992, (mimeo).

_____. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78-99, jul./out. 1994.

_____. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **LOCUS: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 125-141, 1995.

_____. **Luzes e Sombras:** a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 1999.

_____. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLANI, José. **A ação secreta da Maçonaria na política mundial**. 2. ed. São Paulo: Editora Landmark, 2007.

CÉSAR, João Ramos de Vasconcelos. **Grande Loja do Ceará:** de Mário Behring a 1977. Fortaleza: Grande Loja do Ceará, 1977.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **A Maçonaria brasileira no século XIX**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria** (seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história). São Paulo: Editora Pensamento, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LIMA, José B. de. **Maçonaria e política**: o caso do Grande Oriente do Brasil no Cariri. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MAGALHÃES, Zelito Nunes. **História da Maçonaria no Ceará**. Fortaleza: Grande Loja do Ceará, 2008.

MELLO FILHO, Luiz de. **Maçonaria no Ceará**. Lojas e Obreiros. Fortaleza: Gráfica Sérgio, 1973.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1988.

MOREL, Marco. Sociabilidades entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o Estudo Histórico das Maçonarias da Primeira Metade do Século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.

_____. **As transformações dos espaços públicos –** Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O poder da Maçonaria.** A história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NAUDON, Paul. **A franco-maçonaria**. 2. ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2000.

NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará (Período regencial – Parte II) – Senador José Martiniano de Alencar. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, n. 13, p. 47-106, 1899.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SILVA, Marcos J. D. **Lapidando a Pedra Bruta:** a Maçonaria na Organização de Artistas e Proletários Cearenses. 2000. 220 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

_____. **No compasso do progresso:** A Maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica/Edições NUDOC, 2007. (Coleção Mundos do Trabalho).

_____. **Moderno-espiritualismo e espaço público republicano:** maçons, espíritas e teosofistas no Ceará. 2009. 334 p. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009a.

_____. A maçonaria e os trabalhadores do Sertão: rituais e representações no Centenário da Independência. **historia-*e*-historia**, Campinas, 18 ago. 2009b. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=51**>.**

_____. "Sob os auspícios da maçonaria": o asilo de mendicidade do Ceará entre 1904 e 1937. In: SILVA, Francisco Carlos Carvalho da; SILVA, Isaíde Bandeira da; TAHIM, Makarius Oliveira. **Sociedade, ciência, sertão:** reflexões sobre educação, história, cultura e tecnologias. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 85-104.

_____. A democracia liberal em face das ideologias dissolventes: a Maçonaria cearense frente à Aliança Nacional Libertadora e ao Integralismo em 1935. In: SILVA, Michel (Org.). **Maçonaria no Brasil:** história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 189-209.

_____. **Maçons, espíritas e teosofistas:** afinidades eletivas e espiritualismo no Ceará do século XX. Fortaleza: EdUECE, 2016.

VASCONCELOS FILHO, José Linhares de. **Grande Loja do Ceará**: vinte anos de história. Fortaleza: Grande Loja Maçônica do Estado do Ceará, 1998.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório.** Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928). Santa Maria (RS): EditoraUFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

VIEIRA, Davi G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1980.

Recebido em 29 de dezembro de 2017
Aceito em 18 de março de 2018